

Itamar recebe hoje cópias das cartas de recomendação dos organismos multilaterais

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está enviando à comunidade bancária internacional uma comunicação na qual apóia o governo brasileiro embora ressalve a importância de o País perseguir o ajuste fiscal. Uma cópia da carta já chegou a Brasília e será hoje levada ao presidente da República em exercício, Itamar Franco, pelo ministro do Planejamento e ministro interino da Fazenda, Paulo Haddad.

O presidente em exercício também receberá cópias das cartas assinadas pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, junto com a do FMI, são peças fundamentais para a continuidade do processo de entendimento com os bancos credores privados, envolvendo o reescalonamento da dívida externa calculada em torno de US\$ 44 bilhões.

Uma quarta carta, redigida pelo ministro da Fazenda, deve-se juntar às demais, indicando as intenções do governo no sentido do ajuste da economia e, segundo este jornal apurou ontem, o ministro Haddad pretende assinar o documento mesmo na interinidade, dependendo apenas do desenrolar do julgamento do presidente afastado, Fernando Collor, marcado para hoje.

"A carta do FMI faz um reconhecimento formal de que temos um acordo com este organismo em andamento", adiantou uma conceituada fonte do governo brasileiro a este jornal. As bases da retomada dos entendimentos com o FMI constituem, na verdade, o ponto básico a ser contornado assim que o Congresso Nacional se pronunciar sobre a proposta de ajuste fiscal enviada pelo Executivo. O próprio FMI, no seu comunicado, fala dos avanços relacionados à área externa — desempenho da balança comercial, a abertu-

ra econômica e o nível das reservas internacionais — mas não deixa de notar que o desajuste das contas públicas é um problema que requer providência da parte do governo brasileiro.

Este jornal apurou que o Banco Central, em levantamento ainda preliminar, está contabilizando um superávit fiscal primário em torno de 1,8% do PIB para o final deste ano. Há, portanto, uma diferença expressiva quando se compara com a meta de superávit de 3% do PIB prevista para dezembro de 1992 no acordo firmado com o Fundo em janeiro deste ano. O desvio, em sua grande parte, equivalendo a cerca de 1,1% do PIB deve ser atribuído ao fraco desempenho do governo central devido à bruta queda observada neste ano com a arrecadação fiscal. As estatais, garante um técnico do governo, não estão apresentando grandes desvios apesar do atraso registrado no reajuste das tarifas neste final de ano. Na média, alguns atrasos tarifários acabaram sendo compensados com os avanços garantidos no segundo trimestre do ano pelo ex-ministro da economia, Marcílio Marques Moreira.

Não se sabe ainda com maior exatidão o nível do déficit das necessidades de financiamento do setor público, medidas pelo conceito operacional, justamente porque neste critério os juros tanto internos quanto externos têm um peso significativo. No conceito primário, ao contrário, não se levam em conta os gastos com juros, além de se ignorar o impacto das correções cambial e monetária. O nível do Tesouro Nacional, trabalhava-se com a expectativa de que não se fechará o ano com déficit e sim em equilíbrio, podendo até apresentar algum superávit na virada de 1992.

"A carta do FMI representa um crédito de confiança à nova equipe", resumiu um importante técnico a este jornal. Já se sabia que os textos das cartas dos organismos internacionais seriam redigidos no sentido de não atrasar o calendário dos entendimentos do País com os bancos credores privados, mas o sinal de que o acordo "stand-by", fechado em janeiro com o FMI, está em vigor trouxe ânimo aos gabinetes da área econômica em Brasília. Há até uma perspectiva de viagem do ministro Paulo Haddad a Washington, para uma apresentação formal não só ao FMI, mas também ao Banco Mundial e ao BID, em meados de janeiro. No final do próximo mês está de todo modo programada a vinda ao Brasil de uma missão técnica do Fundo para consulta e levantamento de dados necessários à confecção do relatório anual, conforme prevê o artigo 4º dos estatutos do organismo. Esta missão, no entanto, poderá transformar-se em missão negociadora, dependendo apenas da decisão do Congresso Nacional com relação a questões-chave como o ajuste fiscal e o orçamento de 1993, cuja votação está prevista para o período entre os dias 11 e 31 de janeiro.

ESPANHA

Banco Central apóia Santander

do Financial Times

O Banco da Espanha (banco central) saiu em apoio do Banco Santander, que foi forçado ontem a garantir um bônus de 8 bilhões de pesetas (US\$ 70,7 milhões) como fiança contra possíveis processos por fraude.

Miguel Moreiras, o juiz da corte monetária de Madrid, determinou antes do Natal que havia "clara evidência de criminalidade" no uso pelo Santander, entre 1986 e 1989, de um alegado instrumento de sonegação de impostos, baseado na venda de empréstimos em carteira para clientes selecionados.

Luiz Angel Rojo, presidente do banco central, elogiou a família Botin, fundadora do banco, chamando o banco de "uma das instituições mais fortes e dinâmicas da Espanha".